

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	19
INTRODUÇÃO	27
 Capítulo 1 – OS MODELOS DE DOGMÁTICA PENAL DAS PRINCIPAIS TEORIAS DO CRIME COMO CONTRIBUIÇÃO À SISTEMATIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PENAL	 57
1.1. A dogmática penal no âmbito da teoria causal clássica marcada por uma orientação positivista	58
1.2. A dogmática penal no âmbito da teoria causal neoclássica marcada por um dualismo metodológico com subjetivismo na interpretação das categorias penais.....	65
1.3. A dogmática penal no âmbito da teoria finalista orientada pelo critério ontológico-dogmático na interpretação do Di- reito Penal.....	74
1.3.1. Oposição ao método de interpretação do causalis- mo neoclássico.....	76
1.3.2. Estrutura e método finalistas de análise das cate- gorias dogmáticas	77
1.3.3. Críticas à dogmática finalista	82
1.3.4. Estágio atual do finalismo no contexto penal brasi- leiro	86
1.4. A dogmática penal no âmbito da teoria social marcada pela hipervalorização do conceito de ação e complexidade na aposição de categorias da estrutura analítica do crime.....	89
1.5. As teorias funcionalistas com novas linhas de interpretação da dogmática penal.....	96
1.5.1. O funcionalismo teleológico com o reducionismo da dogmática	99
1.5.1.1. A terceira via como contribuição do funcionalis- mo teleológico.....	105

1.5.1.2.	A teoria unificadora dialética como teoria da pena proposta pelo funcionalismo teleológico .	110
1.5.1.3.	O funcionalismo teleológico com a preponderância dos princípios político-criminais.....	114
1.5.1.4.	O funcionalismo teleológico como insuficiente para conduzir a construção da jurisprudência penal brasileira.....	115
1.5.2.	O funcionalismo sistêmico com a reafirmação de expectativa normativa e a desconstrução de categorias da dogmática penal	118
1.5.3.	A proposta do funcionalismo redutor com a sua teoria agnóstica da pena.....	127
1.6.	As propostas da teoria significativa da ação.....	138
1.7.	Quadro sinótico das teorias do crime	147

Capítulo 2 – A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOGMÁTICA NA CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA PENAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 149

2.1.	O predomínio dos princípios e o afastamento da dogmática na atual jurisprudência penal do STF: uma aparente aproximação entre o neoconstitucionalismo e o funcionalismo penal teleológico	149
2.1.1.	Decisões ancoradas em princípios com fundamento dogmático deficiente	152
2.1.1.1.	Insignificância	153
2.1.1.1.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da insignificância	159
2.1.1.1.2.	Insignificância no crime de descaminho	159
2.1.1.1.3.	Insignificância com efeito paralisante da reincidência	164
2.1.1.1.4.	Insignificância em crimes funcionais contra a administração pública	181
2.1.1.2.	Proporcionalidade	185
2.1.1.2.1.	Decisões que fizeram uso do princípio da proporcionalidade.....	187
2.1.1.2.2.	Proporcionalidade no crime de receptação qualificada	188

2.1.1.2.3. Proporcionalidade na tentativa de possibilitar o aborto até a 12ª semana da gestação.....	193
2.1.1.2.4. Proporcionalidade na delimitação do conceito de ato libidinoso para a caracterização do crime de estupro	198
2.1.1.2.5. Proporcionalidade na descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal	204
2.1.1.2.6. Proporcionalidade na extensão do período temporal da reincidência aos maus antecedentes	212
2.1.1.3. Ofensividade.....	215
2.1.1.3.1. Decisões que fizeram uso do princípio da ofensividade	217
2.1.1.3.2. Ofensividade no crime de porte de arma de fogo desmuniçada.....	218
2.1.1.4. Dignidade da pessoa humana	221
2.1.1.4.1. Decisões que fizeram uso do princípio da dignidade da pessoa humana.....	224
2.1.1.4.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e o aborto de feto anencéfalo.....	225
2.1.1.4.3. Princípio da dignidade da pessoa humana e o art. 25 da LCP (Decreto-lei 3.688, de 1941)....	228
2.1.1.5. Individualização da pena.....	231
2.1.1.5.1. Decisões que fizeram uso do princípio da individualização da pena	232
2.1.1.5.2. Individualização da pena no exame da inconstitucionalidade da progressão de regime em crime hediondo.....	234
2.1.1.5.3. Individualização da pena no exame da inconstitucionalidade da vedação de substituição de pena privativa por restritivas de direitos no tráfico de drogas	237
2.1.1.5.4. Individualização da pena no exame da inconstitucionalidade do regime inicial fechado como opção automática para os crimes hediondos e equiparados	239
2.1.1.6. Relativização do princípio da reserva legal na “tipificação” da homofobia e da transfobia.....	240

2.1.1.7.	Rompimento com a constitucionalidade e a legalidade no inquérito das <i>fake news</i>	243
2.1.1.8	Negativa de aplicação do princípio da retroatividade da lei penal benéfica sem amparo constitucional e legal.....	248
2.2.	Decisões com fundamento dogmático deficiente na análise de elementos do injusto penal	250
2.2.1.	Exigência de elemento subjetivo especial no art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993 (novo art. 337-E do Código Penal)	250
2.2.2.	Insegurança na configuração da tentativa de latrocínio	258
2.3.	Decisões que mitigam a dogmática em matéria de execução penal e que buscam estabelecer políticas públicas diante do cenário complexo do sistema carcerário brasileiro	265
2.3.1.	A existência de um estado de coisas inconstitucional	268
2.3.2.	Obrigações de fazer reforma em estabelecimento penal	274
2.3.3.	Repercussão geral em matéria de regime semiaberto	276
2.3.4.	Análise crítica das decisões do STF na política pública carcerária.....	280

Capítulo 3 – DOGMÁTICA PENAL COMO FUNDAMENTO E LIMITE À CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA PENAL ANCORADA EM PRINCÍPIOS NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 283

3.1.	A função da dogmática penal na construção das decisões penais.....	285
3.1.1.	Função argumentativa.....	288
3.1.2.	Função de segurança jurídica na tutela de bens jurídicos penais individuais e coletivos	290
3.2.	A função dos princípios penais na construção das decisões penais.....	294
3.2.1.	Função estruturante do sistema penal.....	295
3.2.2.	Função limitadora do poder de punir do Estado.....	298
3.2.3.	Função de ferramenta de interpretação das categorias penais	300

3.3. Equilíbrio entre dogmática e princípios político-criminais na construção da jurisprudência penal brasileira como forma de aproximação da segurança jurídica almejada.....	305
3.3.1. Em busca de harmonia entre propostas ontológicas e normativistas	305
3.3.2. O ônus de argumentar com a dogmática penal como caminho para a segurança jurídica almejada.....	310
CONCLUSÕES.....	317
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	325
REFERÊNCIAS: JURISPRUDÊNCIA.....	343
REFERÊNCIAS: LEGISLAÇÃO E PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS.....	357